

Do ponto de vista das sociedades urbanas, nada mais justo cuide o CNP de preservar a segurança do setor. Mas, daí concluir-se deva essa proibição prevalecer nos beiradões, nas comunidades rurais, nos lagos, nos paranás solitários da Amazônia, verdadeiros labirintos aquáticos, nos "flutuantes" (comércio varejista na beira dos rios), verdadeiras sentinelas dos nossos rios, atendendo ao caboclo no seu dia-a-dia, é verdadeiramente desconhecer o estilo de vida do homem amazônico. O querosene no interior da Amazônia representa para o caboclo dos lagos, dos beiradões, dos furos e paranás a única fonte de energia, muitas vezes adquirida com a troca de produto, à falta de meio circulante. Ele acende a lamparina — instrumento ligado à vida do homem do interior desde tempos antigos; ele pesca com a poronga e o facho, à noite; enfim, é para ele a luz elétrica das comunidades urbanas. Mas não pode comprá-lo em pequenas quantidades, de acordo com sua incipiente economia, porque o CNP proibiu em todo o território nacional a venda do produto a granel em quantidades pequenas, fora daquele limite e critérios estabelecidos para garantir segurança ao sistema de comercialização nos grandes centros urbanos. E com isso sofrem os brasileiros da Amazônia, bravos lutadores construindo a grandeza deste País, apesar do isolamento, da solidão, mas com alegria e pleno de esperança e fé no futuro promissor de nossa Pátria.

Este o primeiro problema.

O segundo problema prende-se também à segurança. E este mais grave por abranger ou atingir o homem da cidade, dos grandes centros urbanos. Trata-se da falta de fiscalização das condições de conservação do acondicionamento dos botijões de gás de cozinha. A falta de seriedade na fiscalização junto aos grandes depósitos das distribuidoras tem sido a causa de acidentes muito graves, muita vez provocando mortes até de famílias inteiras.

Praticamente inexistente fiscalização. Os botijões são consumidos pela ferrugem ao longo do tempo pelo uso constante ou mutilados pela intensa movimentação, causando vazamento a ponto de lhes faltar total segurança; ou as válvulas de escape apresentam defeito capaz de causar morte por asfixia a pessoas desavisadas. É grande o risco de se ter em casa botijão de gás ligado ao fogão, mesmo cercado de todas as garantias. Imagine-se quão maior será esse risco sem os cuidados devidos, por falta de fiscalização rigorosa e constante.

O CNP examine, pois, estes dois problemas:

1 — liberar a venda de querosene e gasolina a granel em pequenas quantidades na zona rural da Amazônia, especialmente ao agricultor;

2 — determinar enérgica fiscalização junto aos depósitos das distribuidoras de gás das condições de conservação e segurança dos botijões utilizados na distribuição às famílias consumidoras de gás de cozinha.

Ambas as medidas dizem respeito à proteção e à melhoria da vida humana.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de anistia do Governo é mesquinho e sem grandeza. Nos termos em que foi proposto, ao invés de contribuir para a reconciliação da família brasileira, apenas aprofunda dissensões indesejáveis, evidenciando o propósito oficial de manter o País dividido e marginalizado por divergências políticas de milhares de compatriotas.

A anistia somente cumpre seus objetivos políticos quando é tão abrangente quanto os atos que a tornaram necessária. Daí por que, para eliminar o fosso que se criou entre o Governo e a Nação — como primeiro passo para o restabelecimento do diálogo interrompido em 1964 — a medida não poderia ser discriminatória e, para a maioria dos punidos, até humilhante nas exigências impostas para a sua concessão.

De acordo com a mesma inspiração que informa todo o seu projeto político, o Governo continua fazendo o jogo de parecer ceder às pressões da sociedade, unicamente para ladeá-las e tentar absorvê-las sem maiores concessões. Há poucos meses os porta-vozes oficiais diziam que a anistia era inaceitável e apenas seria tolerada a revisão isolada de alguns processos, cuja injustiça já não podia ser ocultada pela censura. Há cerca de três meses — diante do clamor que continuava — já admitiam a anistia, mas excluindo do seu alcance os mais expressivos líderes políticos cassados, conforme relação que chegou a ser divulgada pela imprensa. Sem condições de descer a mais esse casuísmo, partiram para a fórmula da proposta enviada ao Congresso, que guarda e mantém todo o ranço de intolerância, inconciliável com a verdadeira anistia.

Não é só a exclusão dos que, sem alternativa, foram obrigados a aceitar formas de luta cuja iniciativa partiu do próprio Governo.

Não é só a proteção evidente aos que praticaram crimes comuns, matando e torturando à sombra de uma repressão institucionalizada no Continente, sob a inspiração da ideologia da segurança nacional. São os trabalhadores que ficaram de fora e continuarão pagando indefinidamente um crime que não cometeram. São os servidores públicos que não voltarão às suas funções nem farão jus a qualquer reparação, porque o projeto na prática inviabiliza o exercício desses direitos. São os estudantes punidos pelo 477 e pelos regimentos e estatutos de suas universidades, que permanecerão indefinidamente vítimas pelo obscurantismo. São os familiares dos que morreram e que nem sequer foram lembrados.

A Nação não aceita esse projeto. Até militares ligados ao sistema dominante, como o Marechal Cordeiro de Farias e o General Dilermando Monteiro, vêm apontando suas falhas e omissões. A Nação deseja a anistia ampla, geral e irrestrita. A Nação, mais cedo ou mais tarde, haverá de conquistá-la.

O SR. FEU ROSA (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Afonso Cláudio sempre foi um município-modelo do nosso Estado. Situado na zona serrana, o seu clima frio, tipicamente europeu, atraiu correntes imigratórias das muitas que vieram para o Brasil em final do século passado e princípio deste.

Instalaram-se ali, em sua maioria, colonos alemães e italianos, que, juntando-se às populações locais, constituíram uma sociedade equilibrada, próspera e florescente.

Predomina naquele pujante município central as pequenas e médias propriedades, todas elas atapetadas por belíssimas plantações que esverdeiam a paisagem, dando-lhe um toque encantador.

Vê-se na conquista de regiões íngremes, de difícil acesso, nas encostas das serras, a coragem e audácia dos povoadores, que, desafiando a selva virgem e a agressividade da natureza, organizaram um admirável núcleo de trabalho e produção de riquezas. Dali saem cereais, café e uma gama variada de hortaliças e frutas, além de farta criação de animais domésticos, que vêm permanentemente abastecer nossos mercados consumidores.

Em Afonso Cláudio, sempre houve a cultura intensa da terra, explorada incansavelmente por grupamentos familiares, que, desde a madrugada até à noite, amanham o solo com amor e carinho, exercendo verdadeira vocação, herdada dos seus ancestrais.

Infelizmente, porém, aquele povo heróico sempre viveu como que isolado nas solidões das montanhas, esquecido do Poder Público, que ali só compareceria através do braço comprido da arrecadação dos impostos. A precariedade das estradas isolava completamente o município, por ocasião da temporada de chuvas. Inúmeras safras foram perdidas, tendo sido jogadas fora quantidades imensas de mercadorias, devido à impossibilidade de serem transportadas, em tempo hábil, para os centros de consumo.

Esta é a razão por que Afonso Cláudio exultava de alegria por ocasião dos seus tradicionais festejos, na semana passada, e o povo rejubilava-se nas ruas, extravasando sua alegria por toda a cidade, que se mostrava abarrotada de pessoas risonhas e felizes.

Finalmente, depois de longa e paciente espera, a multidão assistia à inauguração do asfaltamento da estrada que vai de Afonso Cláudio à BR-262, colocando, por fim, o Município em ligação ininterrupta com o resto do Estado e do País.

Desejamos, nesta oportunidade, assinalar as nossas congratulações com aquela laboriosa gente e, ao mesmo tempo, registrar perante esta Casa a tenacidade, o esforço e a perseverança dos Srs. Eurico Rezende, José Carlos da Fonseca e José Cláudio Corrêa, que levaram para o Espírito Santo esse notável benefício.

Efetivamente, atendendo à interferência e aos apelos do ex-Deputado José Luiz Cláudio Corrêa, o atual Vice-Governador José Carlos da Fonseca, naquela época Diretor do Instituto Brasileiro do Café, conseguiu incluir o financiamento daquela construção asfáltica no programa do IBC. Attingido esse objetivo, graças ao inegável prestígio que José Carlos gozava junto à Diretoria da autarquia cafeeira, obteve o apoio do Governador Eurico Rezende, que exercia as elevadas funções de líder da Maioria no Senado Federal, e que obteve no Conselho Monetário Nacional a aprovação do empréstimo externo que, diga-se de passagem, será totalmente pago no Governo do próprio Sr. Eurico Rezende, não obstante a construção da rodovia tenha sido iniciada ainda no Governo do Sr. Elício Álvares.

Saudamos o povo de Afonso Cláudio por aquela obra admirável que presenciamos e que representa, nada mais, nada menos, do que uma modesta retribuição ao seu grande empenho e trabalho em prol do desenvolvimento nacional e pedimos ao nosso querido amigo José Luis Cláudio Corrêa, atual Presidente da FESBEM, no nosso Estado, que transmita àquela próspera e labo-